A inflação e os mitos da oposição

25/02/2013



OLYMPUS DIGITAL CAMERA

Por Cláudio Puty, publicado no jornal O Liberal *

Em sua monumental obra, a propaganda política, o escritor francês Jean-Marie Domenach afirma que a característica da propaganda moderna, inclusive a política, consiste em impressionar em vez de convencer e em sugerir algo ao público em vez de informá-lo. É o que acontece com as recentes declarações de líderes da oposição sobre uma suposta perda de controle do governo sobre a economia, o que estaria levando o Brasil a um “apocalipse inflacionário”. Jogam com impressões, não com a realidade.

Ora, uma análise dos números mostra que as coisas não são bem assim. Se nós observarmos o tempo de vigência do Sistema de Metas para a Inflação, veremos que o centro da meta não foi alcançado em 11 dos 14 anos. No governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, a meta era, em 1999, de 8%, caindo em 2000 para 6% e, depois, para 4%. Quando a meta foi de 8%, a inflação chegou a 8,94%; quando a meta foi de 6%, a inflação atingiu 5,97%. Em 2001, a meta foi estabelecida em 4% ao ano, mas a inflação começou a galopar, chegando à taxa de 7,67%. No último ano do reinado do tucanato, enquanto a meta descia para 3,5% a inflação batia em 12,53%.

Para combater essa ameaça, o PSDB lançou mão da única arma disponível – melhor seria dizer, preferível – do receituário monetarista do Consenso de Washington: a alta da taxa de juros para inibir o consumo. Assim, para uma inflação de mais de 12%, tivemos uma taxa Selic cavalar, de 45% ao ano! Quando Fernando Henrique Cardoso entregou a faixa presidencial a Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, a Selic já tinha baixado, mas ainda estava em espantosos 25% ao ano.

Já nos anos de Lula e Dilma no Palácio do Planalto, os índices inflacionários foram, em média, bem menores do que tinham sido no último período do governo FHC, no que se refere ao regime de metas da inflação. Apesar da torcida contrária da oposição, os governos do PT conseguiram manter a inflação dentro das bandas de tolerância do Sistema de Metas, chegando a taxas de 7,60%, 5,69%, 3,14%. Em dois anos do governo Dilma, mesmo em meio à persistência da crise internacional, a taxa permaneceu em torno de 6%; no ano passado, ela foi de 5,84%.

O mais significativo é que esses números foram atingidos com a mudança da política monetária anterior. O PT não fez o combate à inflação apelando para juros altos, recessão e desemprego, como os tucanos. Ao contrário: as taxas de juros, que chegaram a níveis estratosféricos no governo FHC, baixaram pela primeira vez nos últimos dez anos e hoje se encontram num patamar civilizado – embora ainda alto –, de 7,25% ao ano. E o desemprego, esse flagelo social que chegou a atingir 15% da População Economicamente Ativa (PEA) no final do governo FHC, hoje está em 6,7%, o menor das últimas décadas, configurando, na prática, uma situação de pleno emprego – algo que o país não vivia há muito tempo.

A visão míope do monetarismo neoliberal dos tucanos, portanto, vê no aumento dos juros a arma mais efetiva contra a inflação – já veremos por quê. Os governos do PT, ao contrário, procuram múltiplos instrumentos de combate à ameaça inflacionária: além dos eventuais ajustes na taxa Selic, passaram a ser adotadas medidas macroprudenciais, com o controle dos canais de crédito; foram reduzidos os custos de produção, com a desoneração da folha de pagamento de diversos setores econômicos; e se aumentou a oferta de produtos agrícolas, cujos preços incidem fortemente sobre a inflação. Sobre isso, é bom lembrar que, para este ano, o IBGE está prevendo uma safra de grãos 13,1% maior do que a safra de 2012.

A grande diferença entre os governos do PT e do PSDB é o hiato que separa governos de esquerda e de direita: nós vemos o controle da inflação como um fator importante para a estabilização da economia, mas não conduzimos a política monetária com um único objetivo, o de transferir renda para os detentores de títulos públicos e para os rentistas. Nós, ao contrário, temos compromisso com o país, com a produção, a defesa da indústria, o aumento da geração de empregos e a distribuição de renda.

*** Cláudio Puty é deputado federal e membro da Coordenação Nacional da DS.**
Compartilhe nas redes: